



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC nº 09.107/18

RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente da Instituto de Previdência e Assist. Social dos Servidores de Marizópolis, concedendo Aposentadoria Voluntária com proporcionais a *Sra. Maria Iraides de Sousa*, matrícula 000088, Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, que contava, à época do ato, com 7.338 dias de tempo de serviço, e idade de 60 anos. De acordo com o órgão de instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPJTCE.

É o relatório.

Antônio Gomes Vieira Filho

Cons. em exercício - Relator

VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, voto para que a **1ª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo e conceda-lhe o competente registro.

É o voto !

Antônio Gomes Vieira Filho

Cons. em exercício - Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

1ª CÂMARA

Processo TC 09.107/18

Objeto: Aposentadoria

Interessado(a): *Maria Iraides de Sousa*

Órgão: Instituto de Previdência e Assist. Social dos Servidores de Marizópolis

Gestor Responsável: José Gomes da Silva

Procurador/Patrono: Não Há

Aposentadoria Voluntária com proventos proporcionais. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

ACÓRDÃO AC1 – TC nº 2.480/2018

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do **Processo TC nº 10.235/18** referente à Aposentadoria Voluntária com proventos proporcionais a *Sra. Maria Iraides de Sousa*, matrícula 000088, Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento Representante do Ministério Público.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara, João Pessoa, 22 de novembro de 2018.

Assinado 23 de Novembro de 2018 às 11:49



Cons. Fernando Rodrigues Catão
PRESIDENTE

Assinado 23 de Novembro de 2018 às 10:29



Cons. Subst. Antônio Gomes Vieira Filho

RELATOR

Assinado 23 de Novembro de 2018 às 11:22



Manoel Antonio dos Santos Neto
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO